



Revista dos Tribunais

São Paulo, n. 970, ago. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Le ministère public brésilien et la citoyenneté
Hugo Nigro Mazzilli
- ◆ Audiência de custódia – a inconstitucionalidade dos acórdãos da ADIN 5.240, da ADPF 347 MC/DF e da Resolução CNJ 213 de 15 de dezembro de 2015
Hugo Otávio Tavares Vilela
- ◆ Financiamento de campanhas eleitorais e a recente proibição de doações de pessoas jurídicas
Rogério Pires da Silva
- ◆ A confiança, o sigilo e a inviolabilidade
Pierpaolo Cruz Bottini, Heloisa Estellita
- ◆ Direito Eleitoral: o povo no poder ou a soberania popular
Ana Flávia Magno Sandoval
- ◆ A aplicabilidade da Teoria das janelas quebradas ao cyberstalking
Márcia Soares Dantas Pacheco
- ◆ Advocacia empresarial, CPC/2015 e seus reflexos na recuperação judicial de empresas
Ruy Coppola Jr
- ◆ A majoração setorial de alíquotas da CSLL pelo art. 1.º da Lei 13.169/2015
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
- ◆ Inteligência do artigo 5.º, XV e XVI, da CF/1988 – distinção entre logradouro público e local colocado à disposição do público com objetivo determinado – impossibilidade jurídica da realização dos denominados ‘rolezinhos’ de menores em ‘shopping’ – parecer
Ives Gandra da Silva Martins
- ◆ Gratuidade da certidão de nascimento e seus reflexos na atividade registral
Aline Darcy Flôr de Souza
- ◆ Precedentes judiciais vinculantes no novo Código de Processo Civil
Gustavo Henrique Schneider Nunes

- ◆ Taxa de utilização da marinha mercante: análise crítica e aspectos controvertidos
Rubens Ferreira Junior
- ◆ La responsabilidad social empresarial. La empresa responsable con el ambiente
Alcides Antúnez Sánchez, Eduardo Díaz Ocampo
- ◆ A possibilidade de utilização dos Embargos de Declaração em processos administrativos conferida pelo novo Código de Processo Civil: um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação
Aldem Johnston Barbosa Araújo